

PLANO
DE ACESSIBILIDADE
PEDONAL



PROPOSTA ANUAL DE EXECUÇÃO 2014

Lisboa | Junho de 2014

Ficha Técnica
Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa
Proposta Anual de Execução para 2014

Presidente da CML
António Costa

Vereador dos Direitos Sociais
João Carlos Afonso

Equipa do Plano
Pedro Homem de Gouveia (Coordenador)
Pedro Alves Nave (Coordenador Adjunto)
Ana Teixeira, Carla Clérigo, Carlos Rua, Fernanda Jacinto, Gustavo Marcão, João Mendes Marques, Jorge Falcato Simões, Manuela Saúde, Paulo Cuíça, Sandra Moço, Tânia Rodrigues, Telma Pereira, Vanda Lopes

Comissão de Acompanhamento do Plano
Ana Sofia Antunes (Coordenadora)

Imagens
Todos os desenhos técnicos, esquemas, ilustrações e fotos são da autoria Da Equipa do Plano Acessibilidade Pedonal, salvo indicação em contrário.

Junho de 2014

Contactos
telefones: 213 501 340 / 213 501 396
equipa.acessibilidade@cm-lisboa.pt

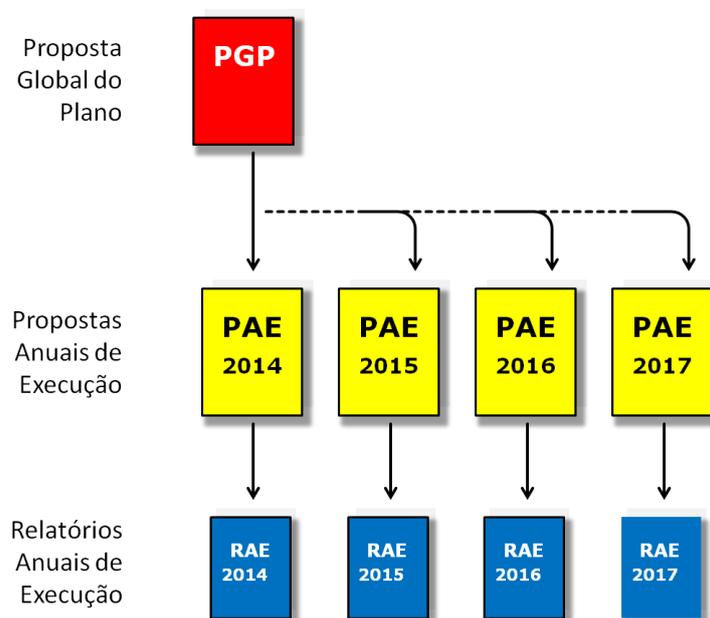
1. Enquadramento

O Plano de Acessibilidade Pedonal define a estratégia da Câmara Municipal para promover a Acessibilidade em Lisboa, até ao final de 2017.

A sua execução permitirá à CML cumprir as suas obrigações legais em matéria de Acessibilidade e de Não Discriminação das Pessoas com Deficiência.

Através da Deliberação n.º 917/CM/2013, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram (em ambos os casos, por unanimidade) a **Proposta Global do Plano**, incluindo os respetivos mecanismos políticos de compromisso e acompanhamento.

Através desses mecanismos, a execução, em cada ano civil, das ações definidas naquela proposta global será *programada* numa **Proposta Anual de Execução**, e *reportada e avaliada* num **Relatório Anual de Execução**, a discutir e votar em reuniões públicas de Câmara



Compete à Equipa do Plano elaborar as propostas e relatórios anuais de execução, em articulação com os vários Pelouros e serviços municipais. Uma vez aprovados, estes documentos devem ser enviados à Assembleia Municipal, para conhecimento, e ficar disponíveis para consulta pública.

2. Objetivo

A Proposta Anual de Execução é um instrumento de programação e de compromisso político, no qual se definem as ações do Plano em que os serviços e empresas municipais irão trabalhar num ano específico.

A sua aprovação deve, por isso, ser refletida no Plano de Atividades e Orçamento da CML para esse ano (e deve ser anterior à aprovação desses instrumentos).

O procedimento para 2014 teve de ser ajustado, nomeadamente porque (1) o Plano foi aprovado pela AML já em Fevereiro deste ano, e porque (2) foi necessário dedicar os quatro meses subsequentes à constituição da Equipa do Plano, à conclusão ou lançamento de projetos prioritários, à montagem dos mecanismos de execução e monitorização, e à realização de contactos com serviços municipais, juntas de freguesia e organizações da sociedade civil.

Assim, a presente Proposta Anual de Execução para 2014 **abrange** o segundo semestre do corrente ano civil, e tem por **objetivo** indicar quais as ações do Plano que serão desenvolvidas neste período, e qual o serviço que assume a coordenação de cada uma dessas ações.

3. Atribuição das Ações

Enquanto instrumento estratégico aprovado por deliberações da CML e da AML, o Plano de Acessibilidade Pedonal vincula os serviços às suas orientações e ações. É também aos serviços que cabe assumir, no âmbito das respectivas competências orgânicas, os deveres legais da CML no domínio da Acessibilidade.

Em coerência, os mecanismos de implementação e avaliação do Plano assumem a **execução pelos serviços** como um princípio fundamental.

Para cada uma das 100 ações do Plano está a ser definido um (e só um) serviço coordenador, através de um processo de **atribuição**, em que essa coordenação é proposta, ação a ação, aos diferentes Pelouros, considerando as competências orgânicas e técnicas dos respetivos serviços, e as características específicas de cada ação. Cabendo depois ao serviço coordenador definir a eventual articulação com outros serviços (e em que moldes).

A Equipa do Plano assume a coordenação de 43 ações, que implicam grande transversalidade ou conhecimentos muito especializados em acessibilidade (nomeadamente o desenvolvimento de ferramentas de trabalho, a investigação e a informação e sensibilização públicas).

A coordenação da **maioria** das ações (57) foi proposta a dez Vereadores, atendendo às competências dos respetivos Pelouros. Processo iniciado em 21 de Maio. Ponto de situação:

Tipo de Ação	Serviços (vários)	Aguarda Resposta	Equipa Plano	Total Ações Plano
Programa de Obras de Adaptação	11	6	0	17
Projeto Piloto de Obra de Adaptação	2	10	1	13
Procedimentos	4	7	4	15
Ferramenta de Trabalho	1	2	21	24
Investigação	3	2	11	16
Formação	0	1	1	2
Informação e Sensibilização Públicas	1	6	3	10
Articulação com Entidades Externas	0	1	2	3
Total	22	35	43	100

Quanto ao **processo de atribuição**: havendo acordo do serviço ao qual a ação é proposta, a ação considera-se “atribuída”. Se o serviço não quiser assumir a coordenação da ação, deverá indicá-lo de modo formal e fundamentado. A Equipa do Plano poderá, nesse caso, (a) propor a coordenação a outro serviço, (b) contratar entidades externas para o efeito ou (c) propor à Vereação (em documento oficial, e com fundamento) o abandono da ação.

Compete ao serviço coordenador integrar a ação no seu plano de atividades e orçamento, cabendo à cadeia hierárquica desse serviço a responsabilidade pela boa execução da ação. Compete-lhe igualmente efetuar os trabalhos preparatórios necessários, nomeadamente a identificação de outros serviços ou entidades externas a envolver, a definição da metodologia a seguir, a calendarização dos trabalhos, etc.

A Proposta Anual de Execução para 2014 foi definida com base nas ações **já atribuídas**.

Em síntese:

Tipo de Ação	Total Ações Plano	Ações já Atribuídas	PAE 2014
Programa de Obras de Adaptação	17	11	4
Projeto Piloto de Obra de Adaptação	13	3	2
Procedimentos	15	8	6
Ferramenta de Trabalho	24	22	15
Investigação	16	14	7
Formação	2	1	0
Informação e Sensibilização Públicas	10	4	4
Articulação com Entidades Externas	3	2	1
Total	100	65	39

4. Ações em Marcha em 2014

Indica-se, de seguida, o conjunto de 39 ações do Plano que, estando atribuídas, se propõe sejam desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2014.

As ações que foram atribuídas mas que têm início previsto para 2015 (por indicação do serviço coordenador) serão integradas na Proposta Anual de Execução para 2015.

Nos termos da Deliberação n.º 917/CM/2013, o estado de execução das ações é classificado com base numa *escala* de 4 pontos, da seguinte forma:

A	Abandonada	Foi decidido (de forma explícita e fundamentada) eliminar a ação.
0	Por iniciar	Não foi efetuada nenhuma diligência relevante e específica com vista à execução da ação.
1	Atribuída	Está identificado o serviço municipal que coordenará a execução da ação e (caso aplicável) os serviços que participarão.
2	Iniciada	Estão em curso os trabalhos preparatórios (por ex., definição de metodologia, calendarização, orçamentação, etc.).
3	Em curso	Trabalhos preparatórios concluídos. A ação entrou na fase de produção. É possível apresentar resultados preliminares ou parciais.
4	Finalizada	A ação foi concluída, não se esperando mais diligências no seu âmbito (salvo relatórios finais, divulgação de resultados, etc.).

A classificação será disponibilizada ao público e atualizada com regularidade semestral (com referência a 30 de Junho e a 31 de Dezembro), devendo observar-se as seguintes *regras*:

- A cada ação só poderá corresponder um valor, e necessariamente o mais exigente;
- Os valores (0) e (1) serão atribuídos pela Equipa do Plano;
- O valor (A) será indicado pela Equipa do Plano quando houver uma deliberação formal;
- Uma vez definido o serviço coordenador de uma ação, será a esse serviço que caberá a responsabilidade de indicar à Equipa do Plano o estado de execução (2), (3) ou (4), e de responder pela veracidade dessa indicação.

Ações do Plano a desenvolver em 2014

Código	Título	Tipo	Descrição	Serviço que Coordena	Estado
VP 01	SIGA	Ferramenta Trabalho	Operacionalizar o Sistema de Informação Geográfica para Gestão da Acessibilidade (SIGA), definindo os procedimentos, os protocolos e o quadro de responsabilidades necessários para a consulta, carregamento, atualização e supervisão dos dados georreferenciados sobre as barreiras existentes na via pública e sobre a solução tipo e custo estimado para eliminação de cada barreira. O SIGA deve ser instalado no servidor da CML, ser disponibilizado a todos os serviços e empresas municipais cujas decisões possam afetar, direta ou indiretamente, as condições de acessibilidade na Via Pública, e ter parte da informação disponível para consulta pública, em aplicação adequada, através do sítio de Internet da CML.	EPAP	Em curso
VP 02	MaPpe	Ferramenta Trabalho	Atualizar, afinar e disponibilizar o Mapa de Potencial Pedonal de Lisboa (MaPpe).	EPAP	Em curso
VP 03	Acessibilidade Pedonal no Planeamento Urbano	Ferramenta Trabalho	Preparar documento que recolha, sistematize e ilustre princípios, orientações e normas para a promoção da Acessibilidade Pedonal através dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente Planos de Urbanização e Planos de Pormenor. Apoiar a adoção do Guia pelos serviços municipais que participam na elaboração, revisão, alteração ou aplicação destes instrumentos. Disponibilizar (mediante formação e consultoria) apoio técnico especializado à sua aplicação. Assegurar a atualização e afinação do Guia, fazendo-o evoluir sempre que necessário em sucessivas versões consolidadas.	EPAP	Em curso
VP 04	Guia de Soluções Tipo para a Eliminação de Barreiras na Via Pública	Ferramenta Trabalho	Preparar documento que recolha, sistematize e ilustre as normas legais e regulamentares de acessibilidade e segurança aplicáveis ao planeamento, projeto, construção, gestão e, de uma forma geral, intervenção, nas passagens de peões de superfície e na sua área envolvente (incluindo passeio). Onde necessário, para maior coerência e segurança, complementar essas normas com orientações baseadas em boas práticas internacionais. Divulgar o Modelo junto dos serviços e empresas municipais e na página de Internet da CML. Disponibilizar (mediante formação e consultoria) apoio técnico especializado à sua compreensão e aplicação. Assegurar a atualização e afinação do Modelo, fazendo-o evoluir sempre que necessário em sucessivas versões consolidadas. Vincular os serviços municipais ao conhecimento e aplicação do Modelo em todas as decisões que possam beneficiar ou prejudicar a acessibilidade e segurança das passagens de peões.	EPAP	Iniciada
VP 06	SINAL	Ferramenta Trabalho	Operacionalizar o Sistema de Informação sobre Atropelamentos em Lisboa (SINAL), que deve ter por objetivos 1) Fornecer informação rigorosa, em tempo útil, a decisores (eleitos, chefias, técnicos), forças policiais, investigadores científicos e sociedade civil; 2) apoiar a identificação de locais e de situações de intervenção prioritária; 3) apoiar o desenvolvimento de intervenções de âmbito local, nomeadamente projetos de requalificação, planos de pormenor, planos de urbanização; 4) apoiar a conceção, implementação e monitorização de uma estratégia municipal de segurança rodoviária.	EPAP	Em curso
VP 08	Modelo de Acalmia de Tráfego	Ferramenta de Trabalho	Preparar documento que recolha, sistematize e ilustre especificações técnicas para a selecção, projecto e construção de medidas físicas de acalmia de tráfego. De forma compatível e coerente com as normas legais e regulamentares e com as boas práticas nacionais e internacionais. Conjugando o duplo imperativo de promover a segurança do peão no quotidiano e de salvaguardar o acesso eventual de veículos de emergência. Divulgar o Modelo junto dos serviços e empresas municipais e na página de internet da CML. Disponibilizar (mediante formação e consultoria) apoio técnico especializado à sua compreensão e aplicação. Assegurar a actualização e afinação do Modelo, fazendo-o evoluir sempre que necessário em sucessivas versões consolidadas. Vincular os serviços municipais ao conhecimento e aplicação do Modelo em todas as decisões que possam beneficiar ou prejudicar a acessibilidade e segurança dos peões.	EPAP	Em curso

VP 10	Divulgação de Medidas de Acalmia de Tráfego	Informação e Sensibilização Pública	Informar o público em geral, e os responsáveis cívicos e autárquicos em particular, sobre os princípios, os benefícios e os pressupostos da acalmia de tráfego, bem como sobre as medidas disponíveis. Disponibilizar em suporte papel (por ex., brochura) e na Internet, com linguagem acessível e ilustrações.	EPAP	Iniciada
VP 11	Acessibilidade e Segurança Rodoviária junto a Escolas Básicas do 1.º Ciclo	Investigação	Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações concretas sobre a aplicação dos princípios da Acessibilidade à promoção da segurança rodoviária na envolvente de escolas básicas do 1.º ciclo. Deve proceder à auscultação de profissionais com experiência ou conhecimentos científicos e à observação e avaliação crítica de espaços reais. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos encarregues da conceção e gestão de espaços públicos e da rede viária junto a escolas, bem como por responsáveis da comunidade escolar (nomeadamente professores e pais).	EPAP	Em curso
VP 14	Educação para a Cidadania	Informação e Sensibilização Pública	Apoiar a abordagem dos atropelamentos e da acalmia de tráfego no âmbito da Educação para a Cidadania nas escolas básicas. Preparar elementos para disponibilizar em suporte papel (por ex., brochura) e na Internet, com linguagem acessível e ilustrações. Abordar a problemática e o contributo dos cidadãos.	DDS	Atribuída
VP 18	Apoiar a revisão da Carta Educativa	Procedimento	Apoiar a abordagem do problema das Grandes Barreiras no quadro da revisão da Carta Educativa, em articulação com a Divisão do PDM. Analisar o impacto das grandes barreiras à circulação pedonal na envolvente de escolas básicas do 1.º ciclo e jardins-de-infância, e avaliar, nomeadamente, a necessidade de ajustar as áreas de influência efetivas.	EPAP	Em curso
VP 25	Modelo de Passagem de Peões	Ferramenta Trabalho	Preparar documento que recolha, sistematize e ilustre as normas legais e regulamentares de acessibilidade e segurança aplicáveis ao planeamento, projeto, construção, gestão e, de uma forma geral, intervenção, nas passagens de peões de superfície e na sua área envolvente (incluindo passeio). Onde necessário, para maior coerência e segurança, complementar essas normas com orientações baseadas em boas práticas internacionais. Divulgar o Modelo junto dos serviços e empresas municipais e na página de Internet da CML. Disponibilizar (mediante formação e consultoria) apoio técnico especializado à sua compreensão e aplicação. Assegurar a atualização e afinação do Modelo, fazendo-o evoluir sempre que necessário em sucessivas versões consolidadas. Vincular os serviços municipais ao conhecimento e aplicação do Modelo em todas as decisões que possam beneficiar ou prejudicar a acessibilidade e segurança das passagens de peões.	EPAP	Em curso
VP 29	Atravessa com a EMEL	Procedimento	Propor e se possível contratualizar com a EMEL a realização de obras de adaptação de passagens de peões existentes nas áreas em exploração. As obras devem aplicar o Modelo VP 26. Os projetos devem ser objeto de aprovação prévia pela CML.	EPAP	Iniciada
VP 30	Necessidades e Preferências dos Peões com Deficiência Visual	Investigação	Auscultar pessoas com deficiência visual (através de entrevistas individuais, <i>focus groups</i> e <i>walk-throughs</i>), para melhor compreender as necessidades, os perigos, as prioridades e as preferências relativamente a passeios (revestimento, obstáculos, etc.), passagens de peões, semáforos (tempo de verde, verde “não puro”, sinal sonoro ou outros formatos alternativos). Divulgar as conclusões em relatório (ou relatórios parciais). Concorre para compromisso assumido pela CML em protocolo de colaboração com a ACAPO – Delegação de Lisboa.	EPAP	Iniciada
VP 36	Sinalização Sonora em Situações Ambíguas	Procedimento	Definir o procedimento (regra) a seguir na instalação de sinalização sonora (ou outros formatos alternativos, caso venham a ser admitidos) em passagens de peões com verde “não puro”, ou muito próximas (em esquina) ou consecutivas mas diferenciadas (por ex., com aberturas em momentos diferentes). Assegurar no processo o levantamento de boas práticas e a auscultação da comunidade de pessoas com deficiência visual.	EPAP	Iniciada

VP 42	Passeios (in)Suficientes	Ferramenta Trabalho	Efetuar um levantamento das vias localizadas em zonas de potencial pedonal muito elevado e elevado em que os passeios não têm largura suficiente, e indicar, com carácter preliminar, em quais destas vias é possível e recomendável a conversão em via mista. Disponibilizar os dados às respetivas juntas de freguesia e aos serviços municipais com competência para intervir neste domínio, através de decisões de gestão, planeamento, projeto e obra.	EPAP	Iniciada
VP43	Condições Técnicas de Execução de Intervenções no subsolo	Procedimento	Elaborar proposta de atualização das Condições Técnicas Especiais para Intervenções no Subsolo, com base nas orientações, estudos e especificações desenvolvidas para o revestimento dos passeios, adaptação de passagens de peões de superfície e eliminação de obstáculos no passeio. Deve a proposta procurar, em conformidade com as exigências legais, e dentro do possível: 1) aproveitar as intervenções no subsolo para (na fase de reconstrução) se eliminarem desconformidades, 2) salvaguardar o rigor e a qualidade na reposição do revestimento do passeio ou sua progressiva substituição, 3) proteger a calçada artística com reconhecido valor patrimonial.	DMPO/DC MIVP/DCI VPS	Em curso
VP 44	Revestimento dos Passeios de Lisboa: desafios e opções	Investigação	Desenvolver um Estudo que enquadre a temática do revestimento dos passeios, aborde os problemas existentes, identifique os critérios mais relevantes para a segurança e conforto dos peões e para o cumprimento eficaz, eficiente e sustentável das responsabilidades da CML e das Juntas de Freguesia em matéria de manutenção. O Estudo deve ainda: 1) abordar a questão da proteção da calçada artística e avançar princípios para uma estratégia de salvaguarda da calçada que tem (de facto) valor patrimonial; 2) fazer uma análise comparada, com base em critérios relevantes para a CML, de opções de materiais disponíveis no mercado; 3) auscultar entidades com interesse relevante nesta matéria, nomeadamente serviços municipais, juntas de freguesia e organizações representativas de peões e de pessoas com Deficiência.	EPAP	Em curso
VP 45	Ficha Técnica “Revestimento de Passeios”	Ferramenta Trabalho	Recolher e sistematizar num documento técnico de linguagem simples e consulta fácil um conjunto restrito de possíveis estruturas de pavimento, com ilustração de cortes construtivos, recomendações complementares e informação (com carácter genérico e indicativo) sobre a capacidade de carga.	EPAP	Iniciada
VP 48	Guia para a Implantação de Sinais Verticais	Ferramenta Trabalho	Preparar documento que indique soluções para a implantação de sinalização rodoviária vertical que sejam compatíveis com as normas técnicas de acessibilidade do DL 163/2006 e com as disposições dos decretos regulamentares da sinalização rodoviária. Deve prever-se, nomeadamente, a instalação em consola e na zona de estacionamento contígua ao passeio, quando necessário. Divulgar o Guia junto dos serviços e empresas municipais e na página de Internet da CML. Efetuar diligências específicas para informar e formar as Juntas de Freguesia sobre as especificações do Guia e sobre a possibilidade de e as condições para, no quadro das suas competências, e com recurso aos seus próprios meios, corrigirem o posicionamento dos sinais já existentes cuja implantação prejudique a acessibilidade pedonal. Assegurar a atualização e afinação do Guia, fazendo-o evoluir sempre que necessário em sucessivas versões consolidadas. Vincular os serviços municipais ao conhecimento e aplicação do Guia.	EPAP	Iniciada
VP 50	Guião de Verificação da Ocupação do Espaço Público	Informação e Sensibilização Pública	Recolher e sistematizar as normas técnicas de acessibilidade aplicáveis à ocupação do espaço público, nomeadamente passeios e enfiamentos das passagens de peões, bem como outros requisitos críticos para a segurança do peão. O Guião de Verificação (<i>checklist</i>) deve ter uma linguagem clara e acessível, e as ilustrações técnicas necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve ser disponibilizado aos serviços municipais, às Juntas de Freguesia e no sítio de Internet da CML, para consulta livre pelos comerciantes e pelos munícipes.	EPAP	Iniciada
VP 53	Sensibilização de Empresas	Procedimento	Definir e implementar procedimento para contactar as empresas cujos veículos sejam detetados estacionados sobre o passeio, enviando imagem com registo de data e hora e mensagem de sensibilização, incluindo dados objetivos sobre o impacto negativo do estacionamento ilegal. Esta medida complementa, e não substitui, a multa.	PM	Atribuída

VP 55	Chamar a Atenção	Informação e Sensibilização Pública	Produzir materiais de sensibilização para o problema do Estacionamento ilegal, cuja distribuição possa ser realizada pelos responsáveis pela fiscalização, pelas associações de moradores, movimentos cívicos, cidadãos, escolas, etc. Os elementos devem destacar-se visualmente.	EPAP	Iniciada
VP 56	Corrigir os Conflitos criados pela Rede Ciclável	Programa de Obras Adaptação	Efetuar um levantamento exaustivo que identifique e tipifique as situações de conflito com a rede pedonal em toda a rede de ciclovias já existente. Definir as correções tipo aplicáveis a cada caso. Projetar, programar e executar obras de correção. Definir prioridades de intervenção com base no grau de perigo para peões com deficiência visual, no grau de perigo para peões em geral, na ilegalidade.	DMAU/DP P	Atribuída
VP 57	Revisão das Soluções Tipo para Percursos Cicláveis	Procedimento	Efetuar uma revisão e atualização do “ <i>Caderno de Soluções Tipo para Percursos Cicláveis</i> ”, de forma a assegurar a compatibilidade com as exigências legais, com as ferramentas do Plano de Acessibilidade Pedonal (nomeadamente nas passagens de peões e envolvente imediata) e com as orientações do IMTT, e a responder a outros tipos de conflito identificados.	DMAU/DP P	Atribuída
VP 58	Modelo de Estacionamento Acessível	Ferramenta Trabalho	Para dar cumprimento ao disposto no Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, preparar documento que recolha, sistematize e ilustre as normas legais e regulamentares de acessibilidade e segurança aplicáveis ao planeamento, projeto, construção, gestão e, de uma forma geral, intervenção, nos lugares de estacionamento reservados para pessoas com deficiência condicionadas da sua mobilidade. Onde necessário, complementar essas normas com orientações baseadas em boas práticas internacionais. Divulgar o Modelo junto dos serviços e empresas municipais e na página de Internet da CML. Disponibilizar (mediante formação e consultoria) apoio técnico especializado à sua compreensão e aplicação. Assegurar a atualização e afinação do Modelo, fazendo-o evoluir sempre que necessário em sucessivas versões consolidadas. Vincular os serviços municipais ao conhecimento e aplicação do Modelo em todas as decisões que possam beneficiar ou prejudicar a acessibilidade nos lugares de estacionamento.	EPAP	Em curso
VP 60	Estacionamento Acessível na Rua Alexandre Herculano, 46	Projeto Piloto Obra	Projetar e executar (em obra e sinalização) as adaptações necessárias dos 4 lugares de estacionamento reservado afetos ao edifício municipal e zona adjacente, através de uma aplicação exemplar do Modelo (VP 58). Preparar folheto explicativo para distribuição aos profissionais e projetistas que visitam as instalações da DMMT (projetistas e consultores de tráfego e estacionamento, responsáveis de juntas de freguesia, etc.).	DMPO	Finalizada
EM 01	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Equipamentos Culturais	Programa de Obras Adaptação	Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de equipamentos culturais da CML. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.	DPC/DSP C	Atribuída
EM 02	Acessibilidade a Conteúdos Expositivos e Museológicos	Investigação	Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações concretas sobre a gestão e adaptação às necessidades de todos os públicos de espaços museológicos, centrado no acesso aos conteúdos expositivos. Deve proceder à auscultação de profissionais com experiência ou conhecimentos científicos e à observação e avaliação crítica de espaços museológicos municipais. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos encarregues da conceção e gestão de espaços museológicos.	EPAP	Em curso
EM 03	Promoção da Acessibilidade no Património Histórico Edificado	Investigação	Realizar um Estudo que, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, articule o conceito e o enquadramento legal da Acessibilidade com as disposições de proteção do Património Histórico Edificado. Deve abordar questões críticas para a acessibilidade em monumentos nacionais abertos ao público e expor princípios e metodologias de intervenção.	EPAP	Em curso

EM 08	Programa de Promoção da Acessibilidade nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo	Programa de Obras Adaptação	Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de escolas básicas do 1.º ciclo da CML. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.	DE	Atribuída
EM 10	Equipamentos de Jogo e Recreio de Escolas Básicas do 1.º Ciclo	Investigação	Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações concretas para a promoção da igualdade de oportunidade de uso destes equipamentos pelos alunos com deficiência ou mobilidade condicionada. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve proceder à auscultação de profissionais com experiência ou conhecimentos científicos e à observação e avaliação crítica de situações reais. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos encarregues da conceção e gestão de edifícios escolares, e por outros membros da comunidade escolar.	EPAP	Em curso
EM 11	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Edifícios de Serviços Municipais	Programa de Obras Adaptação	Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de edifícios de serviços municipais. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), volume de atendimento ao público, importância na rede municipal, situações específicas (por ex., funcionários com mobilidade condicionada), facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.	SG/DAOS M	Atribuída
EM 12	Projeto Base de Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge	Projeto Piloto Obra	Realizar um diagnóstico das condições de acessibilidade no Castelo e propor e desenvolver soluções que, sendo viáveis e compatíveis com os valores patrimoniais, permitam melhorias substanciais em matéria de segurança, pavimentos, circulação vertical, conforto, obstáculos diversos e, de uma forma geral, igualdade de oportunidades. A proposta deve estimar custos, servir de base à apreciação e discussão dos problemas e soluções com as entidades competentes para a salvaguarda do Património Histórico Edificado, e apoiar a busca ativa de financiamento externo.	EPAP	Em curso
EM 15	Melhoria do Acesso a Conteúdos no Castelo de São Jorge	Investigação	Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações claras, fundamentadas, coerentes e práticas para a promoção e qualificação do acesso a conteúdos expositivos existentes no Castelo de São Jorge e fruição deste Património em termos globais, através da qualificação das oportunidades de interação existentes e ou da identificação de potenciais oportunidades por explorar, considerando as necessidades das pessoas com deficiência motora, visual, auditiva e intelectual. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve proceder à auscultação da entidade gestora do Castelo de S. Jorge e de profissionais que tenham experiência prática ou conhecimentos científicos relevantes neste domínio, bem como à observação e avaliação crítica dos espaços, serviços e conteúdos expositivos existentes. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos ligados à gestão e qualificação do Castelo de São Jorge.	EPAP	Em curso

TP 01	Modelo de Paragem Acessível	Ferramenta Trabalho	Desenvolver um Modelo de Paragem de Autocarro Acessível que articule e sistematize as normas técnicas de acessibilidade com força legal, que as complemente com ensinamentos retirados das boas práticas internacionais e assegure a compatibilidade com a frota de autocarros urbanos Classe 1 já equipada com rampas e (se possível) autocarros turísticos. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão, que possa ser consultado e aplicado pelos técnicos que participem no projeto, gestão e manutenção dos vários elementos de que depende a acessibilidade e segurança das paragens de autocarro. Para a sua elaboração deve proceder-se à observação e avaliação crítica das infraestruturas existentes bem como à auscultação, nomeadamente, de passageiros com mobilidade condicionada, operadores de transporte público (por ex., Carris) e de autocarros turísticos, concessionários de publicidade que fornecem paragens, técnicos de serviços municipais e outros profissionais que tenham experiência prática ou conhecimentos científicos relevantes neste domínio.	EPAP	Iniciada
TP 07	Task-Force para a Acessibilidade na Rede de Transporte Público	Articulação Entidades Externas	Criar um grupo de trabalho (<i>task-force</i>) com a CML e os vários operadores integrados na rede de Transporte Público que serve Lisboa. Com a missão de facilitar a articulação e fomentar a colaboração ativa entre todas as entidades para promoção da acessibilidade na rede. Deve, nomeadamente, ajudar a uniformizar conceitos e práticas, identificar medidas prioritárias a desenvolver em colaboração, ajudar os diferentes agentes a identificar prioridades compatíveis entre si, preparar (quando existam oportunidades) candidaturas conjuntas a fontes de financiamento externo, promover a informação e sensibilização dos utilizadores da rede e dos colaboradores das várias entidades.	EPAP	Iniciada
TP 09	Requisitos para a Concessão de Publicidade Exterior	Ferramenta Trabalho	Com base no Modelo de Paragem de Autocarro (ação TP 01) preparar um conjunto de especificações técnicas que possam ser integradas no Caderno de Encargos no quadro da qual será efetuada a concessão da publicidade exterior, no quadro da qual é geralmente contratualizada a instalação e manutenção de paragens de autocarro.	EPAP	Atribuída
FP 01	Peça Instrutória “Plano de Acessibilidades”	Ferramenta Trabalho	Elaborar e disponibilizar um Guia com recomendações concretas para a elaboração do “Plano de Acessibilidades”, uma peça exigida pelo DL 163/2006 e pela Portaria 232/2008 para a instrução de pedidos de licença e comunicações prévias. O Guia deve usar uma linguagem simples e clara, e ter as ilustrações técnicas necessárias à sua boa compreensão por técnicos da CML e projetistas particulares. O Guia deve ser disponibilizado para consulta pública na página de Internet da CML. Deve ser feito um esforço específico de divulgação junto do público-alvo.	EPAP	Iniciada
DT 05	Guião de Verificação da Acessibilidade em Assembleias de Voto	Ferramenta Trabalho	Recolher e sistematizar as normas técnicas de acessibilidade aplicáveis à instalações das Assembleias de Voto, sob a forma de Guião de Verificação (<i>checklist</i>), para aplicação no diagnóstico das condições de acessibilidade em edifícios em que esteja prevista, ou já efetuada, a instalação de Assembleias de Voto. O Guião deve ter uma linguagem clara e acessível, e as ilustrações técnicas necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve ser disponibilizado aos serviços municipais com intervenção no processo, às Juntas de Freguesia e no sítio de Internet da CML, para consulta livre. Deve ser feito um esforço específico para divulgação do Guião junto do público-alvo.	EPAP	Iniciada

